

Conteúdo programático de prática processual - 8º semestre

1. Prática Direito Administrativo

1.1. Peça processual a ser desenvolvida (manuscrita)

Jofre Silva foi preso há três anos, pela prática do crime de lesão corporal seguida de morte (Art. 129, § 3º, do CP), em razão de decisão penal transitada em julgado proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado Beta, que o condenou à pena de doze anos de reclusão. Apesar das tentativas da Defensoria Pública de obter a ordem de soltura, Jofre permaneceu preso, até que, no ano corrente, mas durante uma rebelião foi morto . Durante a mesma rebelião, vários condenados foram mortos a tiros, por armas que ingressaram no local indevidamente mediante pagamento de propina aos agentes penitenciários.

A mãe de Jofre , Margarida, inconformada, procurou você para, na qualidade de advogado(a), tomar as medidas cabíveis, com vistas a obter a responsabilização civil do Estado. Ela conta que Jofre era filho único, solteiro, sem filhos, trabalhador, e mantinha o seu sustento. Como Margarida já tem 62 anos, problemas de saúde e rendimentos baixos e pouquíssimas posses não tem condições de arcar com os custos do processo. Redija a peça cabível, mediante a indicação de todos os argumentos jurídicos pertinentes ao caso.

⇒ **Petição inicial de ação de indenização por perdas e danos**

2. Prática Processual Civil – direito de família

2.1 Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Ludovina teve um relacionamento esporádico com Arnaldo Ferreira, do qual nasceu Crispim. Durante cinco anos, o infante foi cuidado exclusivamente por sua mãe e sua avó materna, nunca tendo recebido visita ou auxílio financeiro do genitor, mesmo tendo ele reconhecido a paternidade. Entretanto, no final do mês de janeiro do corrente ano, a mãe, a pedido do pai da criança, levou o menor para a cidade de Curitiba/PR para que conhecesse os avós paternos, sobretudo o avô, que se encontra acometido de neoplasia maligna. Chegando à casa de Arnaldo Ferreira, Ludovina foi agredida fisicamente por ele e outros familiares, sendo expulsa do local sob ameaça de morte e obrigada a deixar seu filho Crispim com eles contra sua vontade. Em seguida, ainda sob coação física, foi forçada a ingressar em um ônibus e retornar ao São Paulo. Assim, com sua vida em risco,

Ludovina, desesperada, deixou o menor e viajou às pressas para a Cidade do São Paulo/SP, onde reside com sua mãe, a fim de buscar auxílio. Desde aquela data o menor se encontra em outro Estado, na posse do pai e de seus familiares, e Ludovina, que sempre cuidou de Crispim, não sabe o que fazer. O Conselho Tutelar da Cidade do São Paulo já foi notificado, mas, até o momento não conseguiu fazer contato com Arnaldo Ferreira. Insta salientar que o pai da criança fez questão de reter todos os documentos deste (certidão de nascimento e carteira de vacinação). Diante da situação apresentada, na qualidade de advogado constituído por Ludovina, proponha medida judicial adequada para a proteção dos interesses de sua cliente, abordando todos os aspectos de direito material e processual pertinentes.

⇒ Peça: Busca e apreensão de menor

3. Prática Processual Penal

3.1. Peça processual a ser desenvolvida (manuscrita)

No dia 20 de dezembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, Rodrigo e um amigo foram para um bar para comemorar o fim de ano letivo e passaram a ingerir bebida alcoólica. Na volta para casa, ainda em companhia do amigo, já um pouco tonto em razão da quantidade de cerveja que havia bebido, subtraiu, mediante emprego de uma faca, os pertences de uma moça desconhecida que caminhava tranquilamente pela rua. A vítima era Maria, jovem de 24 anos que acabara de sair do médico e saber que estava grávida de um mês. Em razão dos fatos, Rodrigo foi denunciado pela prática de crime de roubo duplamente majorado, na forma do Art. 157, § 2o, incisos II e VII, do Código Penal.

Durante a instrução, foi juntada a Folha de Antecedentes Criminais de Rodrigo, onde constavam anotações em relação a dois inquéritos policiais em que ele figurava como indiciado e três ações penais que respondia na condição de réu, apesar de em nenhuma delas haver sentença com trânsito em julgado. Foram, ainda, durante a Audiência de Instrução e Julgamento ouvidos a vítima e os policiais que encontraram Rodrigo, horas após o crime, na posse dos bens subtraídos. Durante seu interrogatório, Rodrigo permaneceu em silêncio. Ao final da instrução, após alegações finais, a pretensão punitiva do Estado foi julgada procedente, com Rodrigo sendo condenado a pena de 05 anos e 03 meses de reclusão, a ser cumprida em regime semiaberto, e 13 dias-multa. O juiz aplicou a pena-base no mínimo legal, além de não reconhecer qualquer agravante ou atenuante. Na terceira

fase da aplicação da pena, reconheceu a majorante de roubo mencionada na denúncia somente do inciso II, § 2o, CP e realizou um aumento de 1/3 da pena imposta.

O Ministério Público foi intimado da sentença e recorreu apresentou recurso de apelação perante o juízo de primeira instância, acompanhado das respectivas razões recursais, requerendo:

- I) O aumento da pena-base, tendo em vista a existência de diversas anotações na Folha de Antecedentes Criminais do acusado;
- II) O reconhecimento das agravantes previstas no Art. 61, inciso II, alíneas ‘h’ e ‘l’, do Código Penal;
- III) A majoração do quantum de aumento em razão das causas de aumentos previstas no Art. 157, § 2o, incisos II e VII, do Código Penal, exclusivamente pelo fato de serem duas as majorantes;
- IV) Fixação do regime inicial fechado de cumprimento de pena, pois o roubo com faca tem assombrado a população do Rio de Janeiro, causando uma situação de insegurança em toda a sociedade.

⇒ O magistrado recebeu o recurso de apelação do Ministério Público e intimou você, advogado (a) de Rodrigo, para apresentar as contrarrazões de apelação.

4. Atividade externa

- Assistir 03 (três) audiências de instrução e julgamento, da **Justiça Comum Criminal – audiência de instrução**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar **o comprovante**.
- Assistir 03 (três) audiências de instrução e julgamento, da **Justiça Comum civil – audiência de instrução**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar **o comprovante**.

5. Atividades de Estágio – 40 horas

- Estágio no Núcleo de Prática Jurídica, mediante preenchimento de relatório, Termo de Compromisso de Estágio ou declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Ou

- Alternativa para os alunos que não podem cumprir 40 horas.**

O aluno deverá analisar as questões/problema abaixo, e elaborar a peça correspondente ou responder as questões apresentadas de maneira manuscrita .

1) Manoel foi preso em flagrante no momento em que praticava um crime de roubo simples, no bairro de Pinheiros. Ainda na unidade policial, compareceram quatro outras vítimas, todas narrando que tiveram seus patrimônios lesados por Manoel naquela mesma data, com intervalo de cerca de 30 minutos entre cada fato, no mesmo bairro, São Paulo. As cinco vítimas descreveram que Manoel, simulando portar arma de fogo, anunciava o assalto e subtraía os bens, empreendendo fuga em uma bicicleta. Manoel foi denunciado pela prática do crime do Art. 157, *caput*, por cinco vezes, na forma do Art. 69, ambos do Código Penal, e, em sede de audiência, as vítimas confirmaram a versão fornecida em sede policial. Assistido por seu advogado Pedro, Manoel confessou os crimes, esclarecendo que pretendia subtrair bens de seis vítimas para conseguir dinheiro suficiente para comprar uma motocicleta. Disse, ainda, que apenas simulou portar arma de fogo, mas não utilizou efetivamente material bélico ou simulacro de arma. O juiz, no momento da sentença, condenou o réu nos termos da denúncia, sendo aplicada a pena mínima de 04 anos para cada um dos delitos, totalizando 20 anos de pena privativa de liberdade a ser cumprida em regime inicial fechado, além da multa. Ao ser intimado do teor da sentença, pessoalmente, já que se encontrava preso, Manoel tomou conhecimento que Pedro havia falecido, mas que foram apresentadas alegações finais pela Defensoria Pública por determinação do magistrado logo em seguida à informação do falecimento do patrono. A família de Manoel, então, procura você, na condição de advogado(a), para defendê-lo. Considerando apenas as informações narradas, responda, na condição de advogado(a) de Manoel, constituído para apresentação de apelação, se **Existe argumento de direito processual, em sede de recurso, a ser apresentado para desconstituir a sentença condenatória? Justifique.**

2) A empresa Soluções Indústria de Eletrônicos Ltda. veiculou propaganda considerada enganosa relativa a determinado produto: as especificações eram distintas das indicadas no material

publicitário. Em razão do anúncio, cerca de duzentos mil consumidores compraram o produto. Diante desse fato, uma associação de defesa do consumidor constituída havia dois anos ajuizou ação civil pública com vistas a obter indenização para todos os lesados.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens seguintes. Na situação apresentada, a empresa ré é uma sociedade limitada que optou por nome empresarial do tipo denominação. Esta situação é correta ou incorreta? Justifique sua resposta, de forma dissertativa, em pelo menos 10 linhas.

3) A pessoa jurídica XXX é devedora de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além de multa de ofício e de juros moratórios (taxa Selic), relativamente ao exercício de 2014. O referido crédito tributário foi devidamente constituído por meio de lançamento de ofício, e sua exigibilidade se encontra suspensa por força de recurso administrativo. No ano de 2015, a pessoa jurídica XXX foi incorporada pela pessoa jurídica ZZZ. Sobre a responsabilidade tributária da pessoa jurídica ZZZ, no tocante ao crédito tributário constituído contra XXX, qual das empresas é responsável pelo pagamento da CSLL e multa e juros? Justifique a sua resposta indicando a base legal .